

05 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Amigo de Sartori, Nalini é eleito presidente do TJ-SP

Desembargador obteve 70% dos votos e destacou
orçamento 'insuficiente' do tribunal

TJ-SP elege José Renato Nalini presidente

Após polêmica com a possibilidade de reeleição do presidente Ivan Sartori, o Tribunal de Justiça de SP elegeu o desembargador José Renato Nalini para o biênio 2014/2015. Ele vai herdar um orçamento estimado em R\$ 7,6 bilhões.

Mateus Coutinho

Após a polêmica envolvendo a possibilidade de reeleição do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), Ivan Sartori, a maior Corte estadual do País elegeu ontem o desembargador José Renato Nalini como o presidente para o biênio 2014/2015. Ele vai herdar um orçamento estimado em R\$ 7,6 bilhões, soma que considera insuficiente. “Penso que poderíamos recorrer a organismos internacionais que pudessem injetar recursos para aperfeiçoarmos a Justiça”, disse Nalini.

“Embora tenhamos orçamento superior ao de 17 Estados, ele é insuficiente para as necessidades do tribunal”, afirmou o desembargador. Declarando ser amigo de Ivan Sartori há 30 anos, José Renato Nalini é o atual corregedor-geral de Justiça do Estado. Nalini fez questão de destacar sua proximidade

com a gestão de Sartori na corte. “Não vai haver dissolução de continuidade, vai haver uma mudança de estilo evidente por que mudou todo o Conselho Superior da Magistratura, mas vamos continuar”, afirmou.

Do total de 356 desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo, 342 votaram – Nalini teve 238 votos. O desembargador Eros Piceli foi eleito vice-presidente, e, para o cargo de corregedor de Justiça foi eleito o desembargador Hamilton Elliot Akel.

Ao anunciar a vitória do amigo, com quem trabalhou junto no Tribunal de Alçada Criminal, Sartori teceu elogios e afirmou que “essa presidência vai fazer o possível para que sua gestão seja a melhor possível, que seja até melhor que a minha”.

Produtividade. Autor do Provimento 17/2013, que instaurou a conciliação extrajudicial em cartórios, José Renato Nalini demonstra preocupação com a produtividade no Judiciário. Após ser eleito, ele cogitou, inclusive, a flexibilização do horário de trabalho dos servidores e magistrados do TJ-SP (*Leia entrevista ao lado*).

Para o desembargador, órgãos como o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento têm interesse no País e poderiam ajudar a aprimorar a produtividade da Justiça brasileira. “Há muita preocupação no mundo todo com o

custo Brasil e porcentagem razoável deste custo está ligado à duração e a imprevisibilidade dos processos”, explicou.

Reeleição. Em agosto, o Órgão Especial aprovou a Resolução 606/13, que previa que todos os desembargadores do TJ-SP pudessem se candidatar a órgãos da direção da corte – na prática, até o presidente poderia se inscrever.

A medida foi questionada no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pois a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) veta a reeleição. O conselho entendeu que a reeleição não seria válida, mas o caso foi parar no Supremo Tribunal Federal. O ministro Ricardo Lewandowski restabeleceu a Resolução 606/13 ao conceder liminar a mandato de segurança contra aquela decisão do CNJ.

Em novembro a possibilidade de reeleição foi derrubada pelo CNJ. O conselho consultou o ministro Ricardo Lewandowski, que disse que sua liminar “limitou-se ao disposto à ampliação do universo de elegíveis aos cargos de direção do TJ-SP, ato impugnado que não cuidou do tema reeleição”.

Ivan Sartori então anunciou sua desistência do pleito.

CONTINUA

05 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

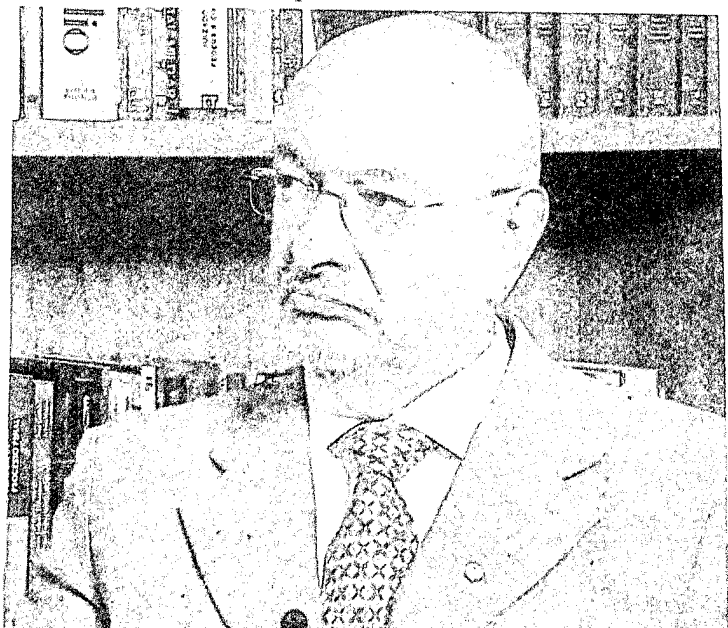
3 PERGUNTAS PARA...

José Renato Nalini, presidente eleito do Tribunal de Justiça de SP

1. Qual será a principal preocupação da presidência?
A crônica insuficiência de recursos materiais. A Justiça de São Paulo é gigantesca e, embora tenhamos orçamento superior ao de 17 Estados, é insuficiente. Poderíamos recorrer a organismos internacionais que pudessem injetar recursos para que possamos aperfeiçoar a Justiça, melhorar a estrutura e fazer com que o processo eletrônico seja otimizado. Vamos ver se consigo fazer também a flexibilização de horário. Em vez de fazer com que 50 mil pessoas ingressem no mesmo horário, a ideia é que alguns trabalhem em home office. O que nos interessa é produtividade.

2. Como pretende se relacionar com os servidores?
Da melhor forma possível. Acredito que greve de servidor público não é benéfica. Minha postura é de diálogo, posso citar como exemplo o Tribunal de Alçada Criminal. Enquanto outros fizeram greve (em 2010), nós não fizemos, tínhamos um clima de saudável convivência, todos trabalhando felizes. Pretendo fazer isso, até com delegação. Não acho que um tribunal do tamanho de São Paulo possa ter um presidente que tenha obrigação de estar em todos os lugares. Cada juiz diretor é capacitado para gerir a situação na sua região.

3. Pretende continuar atento aos cartórios?
Agora isso será função da Corregedoria, não posso intervir no espaço do Hamilton (Elliot Akel, corregedor eleito para o biênio 2014/2015). Acredito que a atualização das normas, revolução no setor extrajudicial, vai continuar a produzir frutos. Precisamos recuperar o extrajudicial como parceiro imprescindível do funcionamento da Justiça para que o Judiciário fique liberado para decidir conflitos. O que não é conflituoso, não há controvérsia, eles têm expertise muito melhor para lidar. Outro ponto é liberar o Judiciário das 12 milhões de execuções fiscais em todo Estado, que são medidas que fazem com que o Judiciário seja cobrador de dívidas de municípios e Estado. O Judiciário não serve para isso. / M.C.



Gestão. Nalini diz que terá postura de 'diálogo' com servidores

05 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Execução. Magistrado nega prioridade à solicitação do ex-chefe da Casa Civil para trabalhar fora da cadeia; ministros do Supremo recomendam cautela no exame da proposta após notícia de que ex-gestor de empresa panamenha dona do Saint Peter seria um laranja

Juiz põe pedido de Dirceu na fila; suspeita ameaça emprego de ex-ministro em hotel

Felipe Recondo
Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

Uma decisão da Vara de Execuções Penais de Brasília foi o primeiro revés no pedido do ex-ministro José Dirceu para trabalhar fora da cadeia como gerente administrativo do Hotel Saint Peter, na capital federal. O juiz Vinicius Santos Silva rejeitou o pedido da defesa de Dirceu para que fosse realizada com prioridade a análise de sua contratação pelo hotel.

A decisão da Vara de Execuções reflete a resistência à solicitação de Dirceu. O pedido da defesa do ex-ministro provocou entre os ministros do Supremo Tribunal Federal críticas pelo valor do salário estipulado – de R\$ 20 mil –, e pela situação da empresa panamenha proprietária do hotel, cujo ex-gestor é suspeito de ser um laranja.

Na decisão publicada ontem, o juiz afirmou que Dirceu tem direito à tramitação prioritária de seu processo por ter 67 anos de idade, mas enfatizou que a proposta de emprego feita ao ex-ministro não pode passar à frente das demais em análise na Vara de Execuções. “Tal prioridade (em razão da idade) não pode se sobrepor à específica hipótese de estudo da idoneidade das

● **Gerente administrativo**
R\$ 20 mil

é o salário oferecido ao ex-ministro José Dirceu pelo hotel Saint Peter na proposta de emprego apresentada ao STF

propostas de emprego, pela Seção Psicossocial, tudo sob pena de grave prejuízo aos demais sentenciados e à estabilidade do sistema prisional.”

Sem essa prioridade, José Dirceu pode levar até dois meses para ter o seu pedido analisado. De acordo com o coordenador do Núcleo de Execução Penal da Defensoria Pública do Distrito Federal, Leonardo Melo Moreira, assim que o preso apresenta a oferta de emprego à Vara de Execuções é iniciado um processo que dura de 30 a 60 dias.

Antes de todo esse processo burocrático, Dirceu permanecerá preso no presídio da Papuda, onde cumpre pena de 7 anos e 11 meses por corrupção ativa, condenado pelo Supremo Tribunal Federal e acusado de ser o mentor do esquema do mensalão. O advogado José Luis de Oliveira Lima, que representa o ex-ministro, disse que vai recorrer ao ministro Joaquim Barbosa para que a decisão seja revista.

O juiz da Vara de Execuções Penais afirmou que todos os pedidos de liberdade para trabalhar são analisados de forma prioritária em razão das dificuldades de um presidiário conseguir emprego. A demora na aprovação do pedido, lembrou o juiz, pode levar o empregador a retirar a proposta e aprofundar a dificuldade de inserção dos condenados no mercado de trabalho.

“É fato inegável que os sentenciados, boa parte deles composta de analfabetos, estão na fila prioritária de análise da proposta e teriam um risco iminente de ter as propostas simplesmente retiradas pelo pretense empregador, caso ficassem atrasadas porque sobrepujadas pela proposta recém chegada do ora sentenciado”, disse. “A proposta de emprego do ora sentenciado José Dirceu não é mais frágil e suscetível de perecimento que as demais que aguardam, há mais tempo, o estudo da Psicossocial acerca da idoneidade.”

O despacho foi divulgado na mesma semana em que reportagem do *Jornal Nacional*, da TV Globo, mostrou que a companhia controladora do hotel Saint Peter é presidida por um auxiliar de escritório que mora em uma área pobre da Cidade do Panamá.

CONTINUA

05 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

A notícia, assim como o valor do salário de R\$ 20 mil – mais de dez vezes o valor pago à gerente-geral do hotel, de R\$ 1,8 mil –, deve atrapalhar ainda mais as pretensões de Dirceu de sair do presídio para trabalhar.

Ministros do STF afirmaram que a proposta de emprego tem de ser examinada com cautela. “Tem que haver bastante cautela por parte de quem decide para que não ocorram abusos”, disse o ministro Gilmar Mendes. O ministro Marco Aurélio Mello disse que não vê “com bons olhos” a oferta de trabalho: “Não chego a julgar o caso, porque não está retratado num processo. Mas, como cidadão, eu não vejo com bons olhos.”

Quadrilha. Ontem, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, recomendou ao STF que confirme a condenação de José Dirceu pelo crime de formação de quadrilha.

Preso desde novembro no complexo penitenciário da Papuda, no Distrito Federal, onde cumpre pena por corrupção ativa, Dirceu questiona a punição imposta pela Corte por formação de quadrilha. A expectativa é de que o plenário do STF julgue em 2014 o recurso com o qual Dirceu tenta se livrar do risco de cumprir uma pena de 2 anos e 11 meses por formação de quadrilha. Em relação a essa acusação, ele obteve quatro votos favoráveis à absolvição, o que lhe garantiu o direito de propor um recurso denominado embargo infringente.

No parecer encaminhado ontem ao Supremo, Janot baseou-se em depoimentos de outros réus do processo do mensalão segundo os quais a participação de Dirceu foi essencial para que o esquema tivesse sucesso.

Em outro documento enviado ao STF, o procurador pediu a prisão imediata do deputado federal Valdemar Costa Neto (PR-SP), condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no mensalão. / COLABOROU

BERNARDO CARAM

05 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Paternidade poderá ser contestada sempre

Comissão do Senado aprova projeto de lei que permite questionar registro do filho a qualquer momento

Lisandra Paraguassu / BRASÍLIA
Luciano Bottini Filho

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou ontem, em caráter terminativo, um projeto de lei que permite a contestação da paternidade a qualquer tempo, mesmo que o filho já tenha sido reconhecido legalmente. Na prática, os juízes já permitem a revisão do registro de nascimento por qualquer interessado.

A proposta, que agora deve seguir para Câmara dos Deputados, ainda esclarece que esse direito também será dado a pais de crianças concebidas fora do casamento, uma vez que a atual legislação dava margem à interpretação de que a contestação só poderia ser feita por pais que estivessem casados no momen-

to do nascimento do filho. Segundo a presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), Maria Berenice Dias, a atual lei é resquício do modelo em que só havia presunção de paternidade entre casados e é ignorada praticamente.

O projeto é de autoria do senador Pedro Taques (PDT-MT) e altera a redação do artigo 1.601 do Código Civil de 2002. De acordo com Taques, a existência do exame de DNA, que permite a verificação da paternidade em praticamente 100% dos casos, exige que a legislação seja refeita.

O projeto deixa mais claro o direito de um homem rever a paternidade de um filho já registrado, concebido fora do casamento, se o exame de DNA confirmar que ele não é o pai biológico, mesmo que já tenham se passado anos do registro inicial. Segundo Taques, a mudança na lei foi feita de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dá o direito à criança de conhecer seu “verdadeiro estado de filiação”.

PARA LEMBRAR

Mãe indicaria o nome do pai

Em outubro, o Senado Federal aprovou um projeto de lei polêmico sobre registro de recém-nascido. Pela proposta, a mãe poderia indicar o nome do pai do bebê sem apresentar comprovação alguma. O texto havia sido discutido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em caráter terminativo, mas houve recurso ao plenário. Com a apresentação de uma emenda, o projeto voltou à Comissão de Direitos Humanos.

Presunção. A proposta também reforça a revisão em casos de paternidade presumida, aqueles em que o suposto pai se recusa a fazer o exame de DNA, mas a Justiça, por ter evidências da relação do homem com a mãe da criança, determina o reconhecimento.

Segundo Maria Berenice, no entanto, a lei vai de encontro à jurisprudência que valoriza a relação consolidada entre pai e filho – a filiação socioafetiva. “Isso (*nova lei*) é um entendimento biologicista. O sangue pode não prevalecer depois que a família esteve anos unida.”

A proposta não precisará passar pelo plenário do Senado, uma vez que foi aprovada pela CCJ em caráter terminativo. O texto só seguirá para plenário caso seja feito o pedido por dez senadores para reexaminá-lo.

05 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

A polêmica do Funrejus

O presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), convidou ontem os líderes dos partidos para participarem de uma reunião com o presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado, Guilherme Luiz Gomes, e com representantes de entidades da sociedade civil sobre o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). Marcado para as 10 horas de segunda-feira, na sala da presidência do TJ, o encontro tem como objetivo rediscutir o reajuste de 50% na alíquota do Fundo, proposto pelo Judiciário.

Reajuste das taxas

Segundo o deputado Wilson Quintero (PSB), que lidera a comissão de parlamentares da Casa destinada a estudar o assunto, a ideia é sugerir, ao invés do aumento de 0,2% para 0,3% nas taxas, um teto maior para imóveis com valor superior a R\$ 400 mil. Hoje, quem compra ou transfere casas e apartamentos paga até R\$ 817 ao TJ. Caso a proposta do parlamentar seja aceita pelo órgão, a contribuição envolvendo transações maiores aumentaria, porém sem ultrapassar R\$ 1.500. Quintero sugeriu, ainda, ampliar algumas isenções, que ainda estão sendo estudadas.

Antes do recesso

O chefe do Legislativo informou que tem a intenção de colocar o projeto de lei 638/2012 em votação já a partir da semana que vem, assim que forem encaminhados os resultados da reunião, para que haja tempo de aprová-lo até o fim do ano.

05 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Fabio Camargo

O ex-deputado estadual Fabio Camargo entrou ontem com um mandado de segurança contra a desembargadora Regina Afonso Portes, do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. A magistrada é a relatora do processo que determinou, no dia 27 de novembro, em caráter liminar, o afastamento do ex-parlamentar do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas (TC) do Estado, atendendo a um pedido de Max Schrappe, um dos candidatos derrotados na eleição para a vaga, realizada em julho. A FOLHA procurou o advogado de Camargo, Bernardo Duarte Almeida Fonseca, para perguntar qual seria o conteúdo do mandado de segurança, mas não recebeu uma resposta até o fechamento desta edição. O conselheiro afastado também não foi encontrado. O relator do caso no TJ é o desembargador Antonio Loyola Vieira.

Virou novela

Na última segunda-feira, o presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), afirmou ser favorável à realização de um novo pleito para escolher o substituto de Fabio Camargo no TC. Segundo o tucano, porém, o novo processo seria convocado somente após decisão final da Justiça. Paralelamente aos dois mandados, corre outra solicitação, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), feita pela Procuradoria Geral da República (PGR), que investiga suposto tráfico de influência na eleição de Fabio. Quando o ex-deputado foi escolhido pela AL, seu pai, Clayton Camargo, era o presidente do TJ.

05 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Força, Gaeco

Enquanto aqui há uma tentativa para breçar as ações do Gaeco num suposto rodízio de policiais civis e militares (e que está presente na disputa, ainda no TJ, já no terceiro pedido de vista), a instituição volta a agir com desenvoltura em Guarapuava com a prisão de secretários e servidores da prefeitura acusados de fraudes em licitações. Liberdade ao Gaeco urgente.

Todavia boa parte dos políticos não gostam: afinal já encanaram e afastaram três prefeitos em Londrina e muitos vereadores e funcionários.

Operação tartaruga

Presos agrediram um guarda de presídio, que voltava de três meses de licença, na Penitenciária Central e foi o suficiente para a suspensão das atividades. Não é bem uma greve, mas algo semelhante a uma operação tartaruga.

Um exercício de memória: meu colega de Procuradoria, já falecido, o mestre Newton Stadler de Souza, dirigia o sistema penitenciário quando foi derrubado por uma rebelião armada por políticos que desejavam manter influência na área.

05 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Investigadores são ouvidos no caso Tayná

Curitiba - O delegado Cristiano Quintas dos Santos, da Delegacia de Homicídios (DH) de Curitiba, informou que 10 policiais que trabalharam na investigação inicial sobre o assassinato da adolescente Tayná Adriane da Silva, de 14 anos, em Colombo, na Grande Curitiba, no final do mês de junho, já prestaram depoimento sobre o caso. Outros 15 investigadores ainda devem prestar esclarecimentos. Quintas deverá pedir novamente a prorrogação do prazo, que termina dia 13, para entregar o inquérito ao Ministério Público do Paraná (MPPR). **(Rubens Chueire Jr./Reportagem Local)**

Preso em protesto no Rio é condenado

Marcelo Gomes
Agência Estado

Rio - O catador de latas Rafael Braga Vieira, de 26 anos, foi condenado na segunda-feira pela Justiça a cinco anos de prisão em regime fechado por portar artefato explosivo durante o protesto que levou centenas de milhares de pessoas às ruas do centro do Rio de Janeiro, em 20 de junho. Ele está preso preventivamente. Este é o primeiro caso de condenação criminal no Rio de pessoas detidas na recente onda de protestos, iniciada em junho. Provavelmente também é o primeiro caso de condenação no País. O réu ainda pode recorrer da sentença.

De acordo com a denúncia do Ministério Público, Vieira foi flagrado por dois policiais civis na Rua do Lavradio, no centro, portando dois frascos de coquetel molotov. Em depoimento à Justiça, os policiais afirmaram que viram quando o réu saiu de dentro de uma loja abandonada carregando os dois frascos de plástico com uma flanela alaranjada no gargalo, que serviria de estopim.

O réu alegou que encontrou as duas garrafas lacradas dentro da loja abandonada. Disse ainda que um dos frascos continha desinfetante, e o outro, água sanitária. O juiz não permitiu que o réu recorra da sentença em liberdade.

05 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» TRIBUNAL DE CONTAS

Fabio Camargo vai à Justiça para reaver o cargo no TC

Amanda Audi

O conselheiro Fabio Camargo, afastado liminarmente do Tribunal de Contas do Paraná (TC), entrou ontem no Tribunal de Justiça (TJ) com um mandado de segurança para recuperar o cargo. No mandado de segurança, Camargo questiona a decisão da desembargadora do TJ Regina Afonso Portes que decidiu, na semana passada, afastá-lo do TC. A desembargadora entendeu que Camargo não apresentou a documentação necessária para se concorrer ao cargo, na eleição promovida pela Assembleia. Segundo ela, Camargo também não teve o número mínimo de votos para ser eleito em primeiro turno.

O desembargador Antonio Loyola Viera foi sorteado para ser o relator do mandado de segurança. Até o fechamento desta edição, porém, não havia informações sobre os argumentos usados pela defesa de Camargo para questionar a decisão da desembargadora. O conteúdo do mandado de segurança não estava disponível para consulta no site do Tribunal de Justiça.

Sem manifestação

Funcionários dos gabinetes dos desembargadores Antonio Loyola Viera e Regina Portes informaram que eles não iriam se manifestar sobre o assunto. Segundo o gabinete de Vieira, o documento ainda não havia chegado oficialmente ao desembargador até o fim da tarde de ontem. Por isso ele não teria tomado conhecimento do conteúdo do processo até o momento.

O advogado do conselheiro do Tribunal de Contas Fabio Camargo, Bernardo Duarte Almeida Fonseca, também foi procurado. Funcionários de seu escritório informaram à reportagem que ele estava fora, mas que daria um retorno à Gazeta do Povo. Até o fechamento da edição, porém, isso não ocorreu. Fabio Camargo não foi localizado pela reportagem.

05 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Notas
Políticas

Encontro derradeiro

Uma reunião marcada para as 10 horas da próxima segunda-feira vai determinar o destino do polêmico projeto do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) que aumenta em 50% – de 0,2% para 0,3% – a taxa do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus): No encontro, o TJ vai apresentar aos deputados e a representantes de entidades da sociedade civil a estimativa de aumento de arrecadação e onde o dinheiro será investido. Segundo o presidente da Assembleia Legislativa, **Valdir Rossoni (PSDB, foto)**, a ideia é “ajustar os valores do reajuste”, a fim de colocar a proposta em tramitação já no dia seguinte à reunião. Uma das saídas defendidas é aumentar a faixa

de isenções da taxa e, em troca, elevar o valor máximo que pode ser cobrado nos cartórios. Pelo texto original do projeto, ao comprar um imóvel no valor de R\$ 100 mil, por exemplo, o contribuinte passaria a pagar R\$ 300 – em vez dos R\$ 200 cobrados hoje.

Albarr Roson/Gazeta do Povo



GAZETA DO POVO

Celso
Nascimento

Um estado em moratória

05 DEZ 2013

É frequente que governos em apuros declarem moratória — um ato unilateral, previsto na legislação, que lhes dá o direito de retardar ou parcelar o pagamento de dívidas. Sarney fez isso na Presidência em 1987; Beto Richa quando assumiu o Palácio Iguazu em 2011; e também Gustavo Fruet, ao tornar-se prefeito, em janeiro. A justificativa foi sempre a mesma: os antecessores deixaram as finanças depauperadas e precisavam de um tempo para reorganizá-las. E então suspenderam pagamentos de fornecedores para, em seguida, em alguns casos, dividi-los em suaves prestações.

Claro que isso tem preço: empresas que ficam sem receber passam a enfrentar dificuldades, deixam de pagar funcionários, paralisam obras e às vezes até vão à falência. Pior: rompe-se a confiança entre o governo e seus credores. Ou até, como lá no caso de Sarney, que deixou de pagar juros da dívida externa, os financiadores fogem. Pois bem: tudo isto para informar que, embora não tenha declarado formalmente a moratória do Paraná, na prática é quase a mesma coisa. Obras paradas, empreiteiras asfixiadas, hospitais sem repasses, viaturas da segurança de tanque vazio, telefones cortados, contribuições previdenciárias suspensas... A quanto monta a dívida, ninguém revela — mas há quem estime, talvez exageradamente, que chegue a R\$ 3 bilhões.

O sufoco, como sempre, acaba chegando aos elos mais fracos da corrente. Por exemplo: neste momento 4 mil trabalhadores de empresas de vigilância estão ameaçados de não receber o salário de dezembro, 13.º, abonos de férias e rescisões, segundo denunciam os sindicatos de trabalhadores e das empresas. De acordo com o presidente da federação dos trabalhadores, João Soares, já passa de três meses o atraso do governo junto às empresas, com reflexo para os empregados. O sindicato das empresas fala em R\$ 12 milhões de atrasados.

Asaga dos depósitos

Por falar nos seus apuros de caixa, o governo estadual acaba de inaugurar a terceira tentativa para recolher ao Tesouro parte dos depósitos judiciais tributários guardados pelo Tribunal de Justiça. Chegou nesta semana à Assembleia Legislativa um novo anteprojeto a ser votado às pressas para permitir ao estado acesso a 70% dos recursos. Não se sabe exatamente a utilidade de nova lei, já que há uma federal de 2006 e outra, assinada por Beto Richa, de 2012, que já davam plena capacidade ao estado de acessar o dinheiro.

A batalha está sendo longa. Desde janeiro deste ano o governo tenta a mesma coisa — ora com a criação de um caixa único, ora requisitando também depósitos de particulares ou recorrendo ao CNJ e ao STJ para fazer valer um direito que já era líquido e certo. No meio de toda esta confusão, um nome se destacou — o do afastado presidente do Tribunal de Justiça, Clayton Camargo, que na mesma época queria ver o filho Fabio conselheiro do Tribunal de Contas, de fato nomeado, mas agora também afastado.

05 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CCJ autoriza contestação de paternidade

Um projeto de lei que permite a contestação da paternidade a qualquer tempo, mesmo que o filho já tenha sido reconhecido foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A proposta, que agora deve passar pela Câmara dos Deputados, ainda esclarece que esse direito também será dado a pais de crianças concebidas fora do casamento, já que a atual legislação dava margem à interpretação de que a contestação só poderia ser feita por pais que estivessem casados no momento do nascimento do filho.

A proposta, do senador Pedro Taques (PDT-MT), muda artigo do Código Civil que limita o questionamento da paternidade aos primeiros 60 dias depois do registro da criança e apenas aos filhos concebidos no casamento. Para ele, a existência do exame de DNA, que permite a verificação da paternidade, exige que a legislação seja refeita. (AE)

CCJ do Senado aprova proposta que anteciparia a prisão de mensaleiros

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) que poderia ter antecipado a prisão dos mensaleiros, caso estivesse em vigor. Conhecida como PEC dos Recursos, o texto permite que, a partir de uma condenação criminal por um colegiado, o juiz determine a prisão, mesmo antes de esgotadas as apelações. "A intenção é dar uma resposta mais rápida a questões criminais", afirmou o relator da proposta, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Segundo Nunes, em um julgamento colegiado, já há produção de provas e, também nele, as questões jurídicas são discutidas. Se a PEC, que ainda precisa ser analisada pelo plenário da Casa e pela Câmara, estivesse em vigor, os 25 condenados pelo processo do mensalão poderiam ter começado a cumprir as penas ainda em 2012, na primeira fase do julgamento.

Cotas para negros em concursos públicos é aprovada em comissão

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto de lei que reserva um quinto das vagas em concursos públicos do governo federal para a população negra. Essa proposta, de autoria do Executivo, foi enviada ao Congresso Nacional no início de novembro. O texto prevê que 20% dos postos disputados em concursos públicos da administração federal, de autarquias, fundações públicas e de empresas sob o controle da União deverão ser reservados ao candidato que se autodeclarar preto ou pardo, conforme quesitos utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). O projeto também estabelece que essa política terá prazo de vigência de dez anos. Antes de ir a plenário, a proposta deve ser analisada pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Constituição e Justiça.

BESSA

Os advogados Carlos Alberto Farracha de Castro e Elton Baiocco participam do lançamento coletivo das obras produzidas por professores, alunos e convidados do programa de pós-graduação em Direito da UFPR hoje, às 18h30, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Federal.

NOTA POLÍTICA

Aposta do PSB

O governador de Pernambuco, Eduardo Campos, exaltou a filiação da ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon ao seu partido, o PSB. "Eliana desempenha um papel muito importante na história recente do Brasil. Sua seriedade e competência sempre foram exemplares", escreveu Campos em sua página do Facebook. A filiação está marcada para o próximo dia 19, quando Eliana, após se aposentar no STJ, será anunciada candidata ao Senado pela Bahia.

05 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» GUARAPUAVA

2 secretários são acusados de fraude e estão foragidos

Dois secretários municipais da prefeitura de Guarapuava, no Centro-Sul do Paraná, tiveram mandados de prisão expedidos pela Justiça e são considerados foragidos. Edison Sanches Filho (Obras e Serviços Públicos) e Sandra Zanetti (Educação) são investigados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), órgão do Ministério Público do Paraná, por suspeita de participação em supostas fraudes em licitações no município. A Justiça também afastou os dois secretários de seus cargos.

A Operação Salvação do Gaeco também prendeu dois empresários — João Acir e Valmor Garcia — que estariam envolvidos no esquema. Outros três funcionários da prefeitura são considerados foragidos. Os nomes deles não foram divulgados. O Gaeco também cumpriu 28 mandados de busca e apreensão de documentos e computadores na prefeitura e nas empresas investigadas.

O Gaeco não informou quais licitações são suspeitas de terem sido fraudadas nem do montante envolvido. Mas, segundo as investigações, além dos da supostas fraudes em concorrências públicas, há a suspeita de falsificação documental e peculato (apropriação de bens públicos).

Outro lado

O procurador-geral de Guarapuava, Fábio Decker, disse que a prefeitura foi pega de surpresa com a operação. Segundo ele, a administração pública tinha uma relação transparente com o MP desde o início do ano. “Documentos foram entregues e o próprio MP veio à prefeitura para averiguar [suspeitas].” Decker contou que, no meio do ano, a prefeitura recebeu uma notificação do MP sobre possíveis irregularidades na montagem de um palco para encenação da Paixão de Cristo. Ele afirma que uma sindicância foi instaurada para averiguar as denúncias e o chefe do setor foi afastado da função. “O resultado dessa sindicância foi encaminhado ao Ministério Público e acredito que foi a partir desse resultado que as investigações se intensificaram.” Ele disse ainda que os secretários Edison Sanches Filho e Sandra Zanetti não estão foragidos. “Ela está numa viagem representando o município, em Foz do Iguaçu e, ele está em viagem particular aos EUA.” A reportagem da *Gazeta do Povo* não conseguiu localizar os advogados dos empresários presos.

» MENSALÃO

Imbróglio do hotel reduz chances de a Justiça liberar trabalho de Dirceu

Ministros do STF dizem que é preciso analisar o caso com cautela. Até a segunda-feira, “laranja” era dono do empreendimento no qual o ex-ministro trabalharia

A revelação de que o Hotel Saint Peter tinha um “laranja” como dono, até a segunda-feira passada, diminuiu as chances de a Justiça aceitar o pedido do ex-ministro José Dirceu para trabalhar no local durante o dia e de só dormir à noite na Penitenciária da Papuda, onde está preso em regime semiaberto cumprindo pena do processo do mensalão. Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) criticaram ontem o fato de a empresa do Panamá que é dona do hotel ter sido de propriedade de um auxiliar de escritório que mora em um bairro pobre da capital daquele país. Dirceu foi contratado pelo hotel com salário mensal de R\$ 20 mil.

Para o ministro Gilmar Mendes, o pedido de Dirceu deve ser analisado “com bastante cautela” pela Vara de Execuções Penais do Distrito

Federal, responsável por analisar o assunto. O ministro Marco Aurélio Mello disse que, como cidadão, não vê “com bons olhos” a situação.

Após o episódio, Dirceu sofreu ontem um primeiro reves para trabalhar no hotel. O juiz Vinicius Santos Silva, da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, rejeitou o pedido da defesa do ex-ministro para que a análise de seu pedido de trabalho fosse realizada com prioridade.

No Congresso, o caso também foi alvo de críticas. O vice-líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR), cobrou que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, determine à Polícia Federal (PF) a abertura de inquérito para investigar o hotel.

O advogado do ex-ministro, José Luis Oliveira Lima, rebateu as críticas. “Por que 400 pessoas podem trabalhar no hotel e o ex-ministro não? Esse hotel é antigo em Brasília, tradicional, mas para alguns parece que foi inaugurado ontem. Juntamos toda a documentação necessária para que meu cliente possa trabalhar e espero a decisão da Justiça.”

Alteração societária

Segundo o Jornal Nacional da Rede Globo, o laranja panamenho José Eugenio Silva Ritter era o controlador da empresa que fazia a gestão do hotel — a Truston International Inc — quando foi feita a oferta para que Dirceu se tornasse seu gerente administrativo. O nome do panamenho, porém, saiu da razão social da empresa na segunda-feira, com uma alteração na composição societária do hotel.

Ontem, a advogada do hotel, Rosane Ribeiro, informou que desde a segunda-feira a Truston não tem mais participação no hotel e que o outro sócio do empreendimento, o brasileiro Paulo Abreu, passou a ser o sócio majoritário.

CONTINUA

05 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Jefferson é submetido a perícia médica

O ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), delator do mensalão e condenado a sete anos de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, foi submetido ontem, no Instituto Nacional do Câncer (Inca), à perícia médica que havia sido pedida pelo presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa.

De acordo com o Inca, o laudo que vai apontar se Jefferson tem condições de cumprir pena no presídio ou se deverá ser encaminhado à prisão domiciliar ou hospitalar foi encaminhado ontem ao Supremo.

A avaliação clínica durou uma hora e 32 minutos. O ex-deputado do PTB do Rio entrou e saiu do hospital sem dar declarações, mas logo depois divulgou uma nota em que elogia os médicos nomeados pelo STF e pede “desculpas à imprensa por não atendê-la neste momento”. “O que tinha de fazer pelo bem do Brasil eu já fiz. Volto a falar com vocês assim que puder”, escreveu o delator no blog que mantém. “A pedido do meu advogado, devo permanecer em silêncio, em respeito à Justiça.”

PROCURADORIA

Barbosa vai aguardar pareceres para expedir prisão de condenados

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, vai esperar o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviar todos os pareceres solicitados sobre condenados no processo do mensalão antes de determinar novas prisões. Há seis réus sem direito a nenhum outro recurso. Desses, Janot mandou para o tribunal parecer sobre cinco. Ainda falta a manifestação sobre o deputado federal Pedro Henry (PP-MT). A expectativa é de que o procurador-geral enviasse parecer sobre Henry ao STF ainda ontem, e que Barbosa decreta as seis prisões até amanhã.

O procurador-geral já enviou à Corte pareceres recomendando a prisão imediata de cinco condenados: os deputados Pedro Corrêa (PP-PE), Bispo Rodrigues (PL-RJ) e Valdemar Costa Neto (PR-SP), o ex-dirigente do Banco Rural Vinícius Samarane e Rogério Tolentino, ex-advogado de Marcos Valério.

O deputado João Paulo Cunha (PT-SP) também foi condenado no processo e ainda não foi preso. Ele ainda tem direito a outros recursos judiciais. Por isso, não será preso agora.

05 DEZ 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

TRIBUNAL DE CONTAS

Camargo tenta recuperar cargo

Fabio Camargo tenta retomar o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), do qual foi afastado na semana passada por supostas irregularidades no processo da eleição. Ele entrou ontem com mandado de segurança contra a decisão liminar da desembargadora Regina Afonso Portes, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), que decidiu pelo seu afastamento. Ela entendeu que Camargo não apresentou a documentação necessária e não teve o número mínimo de votos para ser eleito em primeiro turno.

Os argumentos usados pela defesa de Camargo para questionar a decisão da desembargadora não estavam disponíveis no site do TJ. Nem ele nem o advogado deram entrevistas. Funcionários dos gabinetes de Regina e do desembargador Antonio Loyola Viera, que será o relator do novo processo, disseram que eles não iriam se manifestar sobre o assunto. Segundo o gabinete de Vieira, o documento ainda não havia chegado até o fim da tarde de ontem e o desembargador teria passado o dia em viagem a trabalho. Por isso ele não teria tomado conhecimento do conteúdo do processo.

O afastamento de Camargo do TCE já havia sido pedido pela Procuradoria-Geral da República (PGR) desde outubro. A solicitação tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e investiga suposto tráfico de influência que teria sido praticado pelo pai de Fabio, desembargador Clayton Camargo, e contribuído para elegê-lo conselheiro. Na época da eleição, Clayton era presidente do TJ-PR. O pedido da PGR será avaliado pela relatora do caso, ministra Eliana Calmon.



Camargo: mandado de segurança.

05 DEZ 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Deputados debatem aumento de taxas do Judiciário

O presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB), convidou os deputados para uma reunião na próxima segunda-feira (9), no gabinete da Presidência do Palácio da Justiça, cuja pauta será a proposta do Tribunal de Justiça, relativa ao reajuste do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). O projeto original prevê mudança de 0,2% para 0,3% na alíquota que incide sobre as transações de imóveis e nos atos praticados pelos cartórios de protestos de títulos, registro de imóveis e tabelionatos.

O deputado Wilson Quintero (PSB) foi recentemente designado por Rossoni para dar encaminhamento ao assunto, com apoio de assessores da própria Presidência, junto aos representantes do TJ, da OAB e de instituições como a Associação Comercial do Paraná, o Creci, a Fiep, a Faep, Fetranspar e Faciap, entre outras.

05 DEZ 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Mandado de segurança

O conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) Fábio Camargo entrou com um pedido na Justiça para tentar retornar ao trabalho. Há uma semana, ele foi afastado pelo Tribunal de Justiça das funções, até que um processo que questiona a eleição dele para o cargo seja devidamente julgado. No pedido, Camargo solicita que o TJ emita um mandado de segurança, que possa levá-lo de volta ao cargo.

Orçamento aprovado

Os deputados aprovaram na sessão plenária da Assembleia Legislativa de ontem, em redação final, o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2014, que é de R\$ 35 bilhões da receita corrente líquida. Agora, a proposta do Executivo, que recebeu 1.661 emendas parlamentares, será encaminhada para sanção (ou veto) governamental.

05 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Corregedor é eleito para presidir TJ de São Paulo

José Renato Nalini obteve 70% dos votos e venceu no primeiro turno

Para magistrados mais jovens, resultado do pleito representa uma guinada conservadora no Tribunal de Justiça

FREDERICO VASCONCELOS
DAVID LUCENA
DE SÃO PAULO

O desembargador José Renato Nalini foi eleito ontem para presidir o Tribunal de Justiça de São Paulo nos próximos dois anos.

Nalini, que é o atual corregedor-geral da Justiça, recebeu 238 votos e obteve apoio de 70% dos 342 desembargadores que votaram, sendo eleito no primeiro turno.

Os desembargadores também elegeram, com 200 votos, Eros Piceli para o cargo de vice-presidente. Hamilton Elliot Akel venceu as eleições para corregedor-geral da Justiça, com 179 votos.

Para os juízes mais jovens, o resultado foi uma guinada conservadora no tribunal. Perderam os candidatos mais afinados com a gestão Sartori, cuja atuação midiática tinha restrições entre desembargadores.

“Isso sinaliza que o Tribunal de Justiça de São Paulo também sabe conciliar a tradição, a antiguidade, a expe-

riência, com a inovação”, disse Nalini, que fará 70 anos ao fim do mandato e se aposentará compulsoriamente.

O desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, que já presidiu a Apamagis (Associação Paulista de Magistrados), ficou em segundo lugar, com 76 votos.

O fato de Paulo Dimas ter só 58 anos era visto com ressalva por parte dos desembargadores mais antigos.

Também disputaram a presidência João Carlos Saletti, que obteve 21 votos, e Vanderci Álvares, que ficou com 7.

No fundo, Nalini derrotou dois adversários: Paulo Dimas, que tem boa imagem na magistratura, e o presidente Ivan Sartori, que tinha a máquina do tribunal, o apoio de juízes de primeiro grau (que não votam) e dos servidores.

Mas o maior concorrente do corregedor foi o presidente. Em outubro, Sartori pediu aos possíveis candidatos para “não fazer gestões paralelas no governo ou na Assembleia Legislativa”.

Nalini tem diálogo fácil com o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), com o Executivo e com o Legislativo. Ele terá que aparar arestas deixadas por Sartori com o Ministério Público e a OAB.

O presidente da OAB-SP, Marcos da Costa, disse esperar que Nalini amplie o diálogo do Judiciário com a própria magistratura, a advocacia e o Ministério Público.

Como corregedor, Nalini conhece bem o Estado e a magistratura. Ele delegou correições para desembargadores, que se sentiram prestigiados.

Para o presidente em exercício da Assojuris (Associação dos Servidores do Poder Judiciário), Carlos Alberto Marcos, a expectativa dos funcionários é que a gestão de Nalini não seja pior do que a de Sartori, que “muito se esforçou para resgatar a confiança dos trabalhadores”.

Os juízes dizem que o desafio de Nalini será fazer uma gestão melhor que a de Sartori, que tinha fácil interlocução com os magistrados, se comunicava por e-mail e Facebook, e reuniu uma assessoria considerada eficiente.

05 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Ministros criticam hotel que pretende empregar Dirceu

Para Gilmar Mendes, o caso deve ser analisado 'com bastante cautela'; Marco Aurélio não vê 'com bons olhos'

Constituição societária da empresa não diz respeito ao ex-ministro, afirma Oliveira Lima, advogado do petista

DE BRASÍLIA

Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) criticaram ontem o fato da empresa que administrava o hotel Saint Peter, onde o ex-ministro José Dirceu pede para trabalhar, ter sido dirigida por um auxiliar de escritório de uma firma de advocacia do Panamá.

Para Gilmar Mendes, o pedido deve ser analisado "com bastante cautela" pela Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, para que "não ocorram abusos".

Dirceu está detido em regime semiaberto na Papuda, Brasília, condenado por corrupção no caso do mensalão.

Ele tem direito de pedir autorização para trabalhar fora da cadeia durante o dia.

O ministro Marco Aurélio Mello disse que, como cidadão, não vê "com bons olhos" a situação. Para ele, seria preciso que alguém ligado a Dirceu prestasse contas sobre a proposta de emprego.

Conforme revelou o "Jornal Nacional" anteontem, um provável laranjeiro panamenho era o controlador da empresa que fazia a gestão do hotel quando foi feita a oferta para que Dirceu se tornasse seu gerente administrativo com um salário de R\$ 20 mil — o nome do panamenho saiu do negócio segunda-feira, com uma alteração na composição societária da firma.

Segundo o advogado do ex-ministro, José Luis Oliveira Lima, a constituição societária do hotel não é algo que diga respeito a seu cliente.

"Por que 400 pessoas podem trabalhar no hotel e o ex-ministro não? Esse hotel é antigo em Brasília, tradicional, mas para alguns parece que

foi inaugurado ontem. Juntamos toda a documentação necessária para que meu cliente possa trabalhar e espero a decisão da Justiça", disse.

Conforme a **Folha** apurou, no STF a chance de Dirceu ser autorizado pelo juiz Bruno Ribeiro a trabalhar no hotel já era considerada baixa.

Trata-se de um condenado por corrupção, e haveria a possibilidade de contatos com políticos e empresários. Na opinião de uma pessoa próxima do caso, seria algo "parecido com deixar um alcoólatra em recuperação trabalhando em um bar".

O mesmo raciocínio vale para o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, também preso por corrupção. Delúbio pleiteia um cargo de R\$ 4.500 no "setor de formação" da CUT (Central Única dos Trabalhadores), entidade da qual foi igualmente tesoureiro.

No caso de Dirceu, as dúvidas sobre o hotel e também sobre os negócios do dono do prédio, Paulo de Abreu, enterram as chances de este trabalho ser autorizado.

A decisão oficial sobre o pedido de Dirceu, no entanto, deve levar cerca de um mês para ser dada. (SEVERINO MOTTA E IGOR GIELOW)

“ Por que 400 pessoas podem trabalhar no hotel e o ex-ministro não? Juntamos toda a documentação necessária para que meu cliente possa trabalhar

JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA

05 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Barbosa espera parecer antes de ordenar novas prisões

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, pretende aguardar a manifestação do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, sobre recurso apresentado pelo deputado Pedro Henry (PP-MT) antes de determinar novas prisões de condenados no processo do mensalão.

De acordo com pessoas próximas ao presidente do Supremo, a burocracia necessária para a expedição dos mandados de prisão já foi feita. Mas como Janot começou a enviar as avaliações sobre os recursos de condenados, Barbosa estaria propenso a esperar todos os pareceres para pedir as novas prisões de uma única vez.

A expectativa do gabinete do ministro é de também incluir no pacote uma definição sobre os processos de Roberto Jefferson, que ontem foi examinado por uma junta médica do Inca, e do ex-presidente do PT José Genoíno.

Com problemas de saúde, os dois pediram para cumprir penas em prisão domiciliar.

Em relação ao petista, Janot defendeu em seu parecer que Genoíno fique em casa por pelo menos 90 dias. Após esse período, ele seria novamente examinado por uma junta médica para avaliar a possibilidade do cumprimento da pena num presídio.

Sobre Jefferson o procurador terá que aguardar o envio dos dados da perícia médica para elaborar seu parecer.

Pessoas próximas ao presidente do STF ponderam que Barbosa pode antecipar o calendário de prisões se Janot demorar muito para entregar o último parecer. O procurador tem até quinta-feira da semana que vem para enviar suas manifestações ao STF.

Nesta etapa do processo são sete os condenados que podem ser presos. Desde sexta-feira Janot enviou pareceres negando recursos apresentados pelo deputado Valdemar Costa Neto (PR-SP), pelos ex-deputados Bispo Rodrigues e Pedro Corrêa, pelo advogado Rogério Tolentino, e pelo ex-diretor do Banco Rural Vinícius Samarane. Falta apenas o relativo a Henry.

No caso de Costa Neto, Janot aceitou a possibilidade de rediscussão sobre quem dá a palavra final no caso da perda de seu mandato: a Câmara ou o Supremo.

Na primeira fase do julgamento do mensalão, os ministros do Supremo entenderam que caberia à corte casar o mandato, sem a possibilidade de abertura de processo na Câmara.

05 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça veta leilão que levantaria dinheiro para combater invasões

DE CAMPO GRANDE - A Justiça Federal em Mato Grosso do Sul suspendeu ontem um leilão organizado por líderes ruralistas para arrecadar dinheiro com o objetivo de combater invasões feitas por índios no Estado.

Agendado para o próximo sábado, o "Leilão da Resistência", uma iniciativa da Acrissul (Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul), esperava levantar R\$ 3 milhões para despesas com advogados, divulgação e contratação de segurança privada.

A juíza Janete Cabral atendeu a um pedido de duas entidades indígenas e considerou que o leilão constitui um incentivo à violência fundiária.

"A Constituição proíbe a criação de milícias, e esse leilão teria um fim totalmente ilícito", disse o advogado Luís Eloy, das entidades indígenas. A Justiça fixou multa de R\$ 200 mil em caso de descumprimento da decisão.

O presidente da Acrissul, Francisco Maia, classificou a decisão como "atentado à democracia": "Bancos não contratam seguranças? Por que fazendas não podem contratar empresas especializadas?"

A disputa de terras entre índios e produtores rurais tem histórico violento no Estado. Segundo a Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul), 80 propriedades estão ocupadas por indígenas no Estado.

Em 30 de maio, o índio tere-na Oziel Gabriel foi morto durante uma operação policial para retirada dos indígenas da fazenda Buriti, no município de Sidrolândia (MS).

05 DEZ 2013

BEMPARANÁ

Fábio Camargo recorre

O conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) Fábio Camargo entrou com um mandado de segurança para retornar ao cargo. Há uma semana, ele foi afastado por uma liminar expedida pelo Tribunal de Justiça (TJ) até que um processo que questiona a eleição dele para o cargo seja devidamente julgado. No pedido, Camargo solicita que o TJ emita um mandado de segurança que possa levá-lo de volta ao cargo. Para ele, a determinação da desembargadora Regina Afonso Portes, que emitiu a liminar do afastamento, foi ilegal. O pedido de Camargo foi distribuído para o desembargador Antônio Loiola, que deverá analisar o caso nos próximos dias. O processo foi movido por um dos candidatos derrotados na eleição, Max Schhappe. Na ação, ele alega que Camargo foi beneficiado pelos demais deputados durante as eleições.

05 DEZ 2013

BEMPARANÁ

Funrejus

Os líderes da Assembleia volta a se reunir na segunda-feira, no gabinete da Presidência do Palácio da Justiça, para discutir o projeto do Tribunal de Justiça que propõe reajuste do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). O projeto original prevê mudança de 0,2% para 0,3% na alíquota que incide sobre as transações de imóveis e nos atos praticados pelos cartórios de protestos de títulos, registro de imóveis e tabelionatos.

05 DEZ 2013

BEMPARANÁ

Eneida Desiree Salgado

A política no tapetão

A OAB provocou o STF para a declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei dos Partidos Políticos e da Lei das Eleições que permitem a doação de pessoas jurídicas para partidos políticos e campanhas eleitorais e estabelecem tetos relativos para doações e uso de recursos próprios dos candidatos, afirmando a ofensa aos princípios da igualdade, da democracia e da República em face da proteção deficiente do legislador. Na ADI 4650, a OAB pede ainda decisão de natureza substitutiva do STF, com manipulação de efeitos, a exortação ao legislador e, em caso de a omissão do Parlamento em mais de 18 meses, defende que o Tribunal Superior Eleitoral expeça as regras sobre o tema. Nada disso parece corresponder aos comandos constitucionais.

Um dos princípios constitucionais estruturantes do Direito Eleitoral é o princípio da máxima igualdade na disputa eleitoral. Este princípio demanda igualdade em relação ao voto, à efetiva representação e também entre os candidatos. O sistema brasileiro impõe uma regulação das campanhas eleitorais, com restrições à propaganda eleitoral, vedação ao uso do poder público nas campanhas, reservas à atuação dos meios de comunicação social e controle do poder econômico. Essas restrições se justificam pela garantia de oportunidade plena e equitativa para participar no debate público.

Há desigualdades marcantes no tratamento constitucional e legal das campanhas. A possibilidade de reeleição trazida pela Emenda Constitucional nº 16/1997, alterando o parágrafo 5º sem compatibilizar o parágrafo 6º, cria uma "regra de privilégio". Essa regra iníqua, embora objeto de ação direta de inconstitucionalidade, não foi afastada pelo Supremo Tribunal Federal. A ADI 1805 teve apenas apreciação em relação à cautelar, indeferida por maioria; a ação está concluída desde fevereiro de 2011. Uma desigualdade gritante, que permanece no sistema. A divisão do fundo partidário e do acesso ao rádio e à televisão também é feita desigualmente. Ainda há a questão da propaganda institucional e seu uso eleitoral, propaganda pouco regulada e menos coibida.

Nada na Constituição brasileira permite reconhecer a inconstitucionalidade das doações das pessoas jurídicas. Sequer a aplicação direta do princípio da máxima igualdade na disputa eleitoral pelo Poder Judiciário, o que desde logo é bastante complicado em face da existência de múltiplas alternativas para a sua efetivação, não autoriza tal leitura.

No sistema brasileiro, as pessoas jurídicas são titulares de interesses, que não se confundem juridicamente com os interesses de seus sócios. Uma empresa produtora de bebidas alcoólicas, por exemplo, tem interesse que não se proíba a propaganda de bebidas. Ou ainda uma empresa ambientalmente responsável pode desejar promover um programa de governo que opte pelo respeito ao meio ambiente de maneira mais enfática. Além disso, o Supremo Tribunal Federal tem reconhecido a existência de direitos fundamentais das pessoas jurídicas.

CONTINUA

05 DEZ 2013

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

A OAB afirma que o financiamento dos partidos e das campanhas implica "uma relação promíscua entre o capital e o meio político" e que "a doação de hoje torna-se o 'crédito' de amanhã". Ainda que exista uma coincidência nefasta entre alguns doadores de campanha e aqueles que realizam contratos com a Administração Pública, isso demonstra - mais do que a uma insuficiência da legislação eleitoral - uma falta de cumprimento dos princípios constitucionais da Administração Pública, como a impessoalidade, além do desrespeito às regras de contratação. Representa, ainda, uma falha dos mecanismos de controle interno e externos da Administração.

Finalmente, a referência à competência do TSE para regular as campanhas eleitorais é absolutamente descabida. Não há competência normativa constitucionalmente conferida à Justiça Eleitoral. O TSE não pode, sequer, editar regulamentos. Apenas pode expedir instruções, que são atos destinados apenas ao interior da Administração. Isso é o máximo que se pode admitir como possível no âmbito de regulação da Justiça Eleitoral. Mais significa incidir em inconstitucionalidade.

As regras eleitorais se referem à concretização do princípio de legitimação do poder e exigem, para a sua imposição, ampla discussão parlamentar, de caráter deliberativo e participação das minorias. Apenas o Parlamento pode ditar normas sobre a disputa eleitoral, dentro dos parâmetros constitucionais.

Ao Poder Judiciário não cabe aperfeiçoar o ordenamento jurídico, retirando do sistema normas com as quais não concorda. Apenas deve afastar dispositivos que contrariem a Constituição. Não é legítimo que uma reforma política seja capitaneada por atores não representativos, sem legitimidade democrática, sob pena de uma contradição performática do discurso. A democracia deve ser regulada na arena democrática, por atores democraticamente eleitos, democraticamente. E não no tapetão.

Eneida Desiree Salgado é doutora em Direito e professora dos cursos de Mestrado da UniBrasil e da UFPR

05 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Vinte estados aderem ao Programa Mulher, Viver sem Violência

A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, disse nesta quarta-feira (4) que 20 estados assinaram o termo de adesão ao Programa Mulher, Viver sem Violência, lançado em março pelo governo federal. A meta é que até fevereiro de 2014 todas as unidades da Federação tenham aderido ao programa.

O programa prevê, entre outras ações, a construção de centros chamados Casa da Mulher Brasileira, que integrarão serviços públicos de segurança, justiça, saúde, assistência social e orientação para o trabalho, emprego e renda em todos os estados. “Até 30 de junho, vamos inaugurar 11 casas e até o final de 2014, inauguraremos todas as casas”, disse a ministra.

Eleonora informou que a Central de Atendimento Ligue 180 vai mudar para Disque 180 até o fim do mês. “Essa mudança vai melhorar a vida das mulheres porque a resolução dos seus problemas vai ser imediata. No Ligue 180, a mulher liga, pede informações e é dirigida ao 190. A partir de agora, a mulher vai ser linkada a um serviço mais perto, como uma delegacia ou um Cras [Centro de Referência de Assistência Social]”, disse.

Sobre o número de estupros em 2012, que subiu 18,17% na comparação com o ano anterior, a ministra disse que um dos motivos da elevação é que as mulheres estão denunciando mais. “[Elas] estão mais confiantes [para denunciar]”, destacou. A ministra lembrou que a presidenta Dilma Rousseff sancionou em 1º de agosto a Lei 12.845 de assistência integral e universal a toda mulher vítima de violência sexual, incluindo a obrigatoriedade do uso da pílula do dia seguinte, para impedir a gravidez indesejada.